

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR RELATOR
DA SEÇÃO CÍVEL DA
CÂMARA DE DIREITO PRIVADO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

Ação Rescisória nº _____

_____, por sua advogada que esta subscreve, nos autos do processo, acima epigrafado, em que contende com _____ vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **com fundamento no art. 1.021 do CPC,** inconformado com a r. decisão monocrática que indeferiu a inicial da Ação Rescisória, interpor **AGRAVO INTERNO, COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO,** pelos substratos fáticos e jurídicos que seguem.

I – DA TEMPESTIVIDADE

1. O V. Acórdão foi publicado no DJE em __.__.____, iniciando-se o prazo recursal do presente Agravo Interno de ___ dias úteis no primeiro dia útil subsequente __.__.____ e findando em __.__.____, pois, conforme o Calendário de Feriados de Suspensão de Prazos Processuais e Expediente Forense, os dias **28, 01 e 02 (segunda-feira, terça-feira e quarta-feira da Semana do Carnaval) foram suspensos, conforme art. 66, inciso III da Lei Estadual nº 6956, de 13 de janeiro de 2015,** portanto, tempestivos os presentes embargos de declaração.

(OBS. POR CAUTELA..... DESCONSIDERANDO OS DIAS 28/FEV e 01 e 02/MARÇO, porque confuso a legislação de suspensão, O PRAZO SERIA __/__. ENTRETANTO, sabemos que os EMBARGOS DECLARATÓRIOS SUSPENDE OS PRAZOS.

II – DA JUSTIÇA GRATUITA:

2) Requer a Agravante OS BENEFÍCIOS DA Justiça Gratuita já concedido nos presentes autos de Ação Rescisória;

.....

3) Assim, juntando as anexas razões, requerem que este recurso seja submetido à apreciação do Órgão Colegiado, caso não haja retratação quanto à decisão recorrida, **observando o art. 1.021, § 2º do CPC,** requer de Vossa Excelência, com o devido respeito, a reanálise da decisão monocrática ora impugnada com posterior juízo de retratação;

4) Caso contrário, que o processo seja apresentado em mesa junto ao competente órgão colegiado após a prolação de voto pelo Eminente Relator.

N. Termos

Pede Deferimento.

Cidade _____, ____ de _____ de 20____.

FLS. 2:

RAZÕES DO AGRAVO INTERNO

Ação Rescisória nº _____

AGRAVANTE: _____

AGRAVADO: _____

EGRÉGIO TRIBUNAL

COLENDO ÓRGÃO COLEGIADO!

INSIGNES JULGADORES!

5) Com o respeito devido ao entendimento adotado pelo Eminente Desembargador Relator, todavia, considerando a grave injustiça praticada pela decisão monocrática, o agravante destaca:

III - DA ADEQUAÇÃO RECURSAL.

6) Segundo previsão constante no art. 1.021 do Código de Processo Civil, "*contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal*";

7) Nesse sentido, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça possui entendimento que seria cabível a interposição de AGRAVO INTERNO em situações como a presente, justamente em homenagem ao Princípio Constitucional da Colegialidade dos Tribunais, senão vejamos na jurisprudência do STJ - RESP 1.215.895 – MT, "in verbis":

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE CONCEDEU EFEITO SUSPENSIVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. ART. 39 DA LEI 8.038/1990.

APLICAÇÃO ANALÓGICA. 1. É cabível a interposição de agravo interno contra decisão monocrática, ainda que o Regimento Interno do Tribunal a quo não preveja, ou mesmo vede o recurso na hipótese, uma vez que se aplica, por analogia, aos Tribunais pátrios, a disposição contida no art. 39 da Lei 8.038/1990. Precedentes do STJ. 2. Recurso especial provido.1 (original sem grifo).

*Posto isto, o presente agravo é adequado, sobretudo quanto a possibilidade de retratação da decisão pelo Desembargador Relator (art. 1021, § 2º do CPC)”.
.*

IV. DA DECISÃO RECORRIDA NO AGRAVO INTERNO.

8) A decisão monocrática, dos autos em questão, **indeferiu a petição inicial da Ação Rescisória** sob o fundamento, in verbis:

!.....

V . RAZÕES A REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA.

OBS: TRANSCREVER OS ARGUMENTOS E DOCUMENTOS DAS FLS. 7 A 15 DO ANEXO (Agravo Interno da Dra. Fátima junto ao STJ ANEXO 2), mais os Documentos (QUE TRATA sobre a legítima meação da Agravante sobre o imóvel)

VI) – DO EFEITO SUSPENSIVO:

9 – O artigo 995, § único do CPC, determina que, quando for verificado **risco de dano grave ou de difícil reparação** os recursos poderão impedir a eficácia de outros processos que possa interferir na melhor solução para a lide;

10 – No caso em tela, há dano de difícil reparação, já que a não suspensão poderá culminar em execuções contra a Agravante, como a (imissão ou reintegração na posse do imóvel da qual a Agravante reside e da ação de arbitramento de aluguéis;

11 – Desta forma, é manifesta a possibilidade de dano de difícil reparação, e dano grave e com a devida vênia, **deve ser atribuído o efeito suspensivo ao presente Agravo Interno.**

VII - DO PEDIDO

Diante do exposto, pleiteia-se o recebimento do presente recurso, com a remessa do Agravo Interno para o devido julgamento pelo COLENDO ÓRGÃO COLEGIADO competente, bem como o seu conhecimento e provimento, a fim de que:

A) Seja o presente Agravo Interno recebido, sendo-lhe atribuído **efeito suspensivo, suspendendo-se a r. decisão agravada;**

B) Seja o presente agravo acolhido, deferindo-se o pedido de justiça gratuita formulado pela Agravante;

C) Seja reformada a r. decisão monocrática proferida, para dar **a devida continuidade da ação rescisória, a fim de** reconhecer o Direito da Recorrente na meação do imóvel a que tem direito, amplamente debatido em 1ª instância, que lhe deu o justo direito aos 50% do imóvel, na procedência da ação;

D) Requer a condenação do agravado no ônus da sucumbência, dentre eles os honorários advocatícios;

E) Por derradeiro, espera a Agravante seja proclamada por esse Egrégio Tribunal de Justiça, como sempre, a certeza da magnitude do Direito e do ideal da **J U S T I Ç A!!!**

Termos em que,

Pede Deferimento.

Cidade _____, ____ de _____ de 20____.

Advogado: _____

OAB/RJ nº _____